



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MATO GROSSO

VIII PROCESSO SELETIVO UNIFICADO PARA RECRUTAMENTO
DE ESTAGIÁRIOS DE NÍVEL SUPERIOR EM DIREITO

CADERNO DE PROVAS - DIREITO

Nome: _____ CPF _____

Nº. Inscrição _____

INSTRUÇÕES AOS CANDIDATOS:

- Tempo de duração da prova: 04 horas;
- Não é permitida qualquer espécie de consulta;
- O cartão de respostas deverá ser preenchido sem rasuras à caneta esferográfica cor azul ou preta.
- O candidato não deverá amassar, molhar, dobrar, rasgar, manchar ou, de qualquer modo, danificar o seu Cartão de Respostas, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de realização da correção

Confira:

- 01 Cartão de respostas - Preencha com seu **nome, número de inscrição e CPF**;
- Número de páginas do caderno de provas: **23** incluindo esta e o rascunho;
- Número de questões:
 - **30 questões Objetivas**
 - **02 questões Subjetivas**

Observações:

- A parte subjetiva da prova deverá ser identificada apenas com o nº. da inscrição;
- Os últimos três candidatos só poderão deixar a sala de prova em conjunto, mesmo que apenas um dos três esteja ainda realizando a prova.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PARTE OBJETIVA

1) O município de Westeros fez a aquisição de cinco viaturas para a guarda municipal, sendo o patrimônio emplacado, registrado no patrimônio municipal, transferido aos agentes e estão sendo utilizadas no patrulhamento diário da cidade. Sobre a classificação dos bens públicos quanto a sua destinação, assinale a assertiva correta:

- a) Trata-se de bem público desafetado.
- b) Trata-se de bem público de uso comum do povo.
- c) Trata-se de bem público dominical.
- d) Trata-se de bem público de uso especial.

2) No que se refere a atos administrativos, assinale a alternativa correta.

- a) A presunção de legitimidade e a presunção de veracidade dos atos administrativos possuem caráter absoluto.
- b) Licença para construir e licença para dirigir veículo automotor são espécies de ato vinculado e discricionário, respectivamente.
- c) O ato administrativo complexo resulta da vontade de um único órgão, mas depende da verificação por parte de outro, para se tornar exigível.
- d) A convalidação, ato administrativo por meio do qual se supre o vício existente em um ato eivado de ilegalidade, tem efeitos retroativos, mas o ato originário não pode ter causado lesão ao interesse público.

3) Sobre a organização administrativa do Estado assinale a alternativa correta:

- a) A descentralização é a constituição de um órgão público, figura que não possui personalidade jurídica pública e, por isso, não pode ser demandado em juízo.
- b) A administração pública no sentido objetivo são as pessoas jurídicas, os órgãos e os agentes públicos que exercem atividades administrativas.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

- c) A desconcentração representa a transferência da atividade administrativa para outra pessoa, física ou jurídica, integrante ou não do aparelho estatal. A criação das autarquias é fruto desse fenômeno.
- d) Os órgãos públicos são as repartições internas do Estado, criadas a partir da desconcentração administrativa necessária a sua organização. A principal característica dos órgãos públicos é a ausência de personalidade jurídica pública.

4) Sobre a improbidade administrativa e a jurisprudência do STJ assinale a alternativa incorreta:

- a) É possível decretar, de forma fundamentada, medida cautelar de indisponibilidade de bens do indiciado na hipótese em que existam fortes indícios acerca da prática de ato de improbidade lesivo ao erário. O requisito *do periculum in mora* estaria implícito.
- b) É possível o deferimento da medida acautelatória de indisponibilidade de bens em ação de improbidade administrativa nos autos da ação principal sem audiência da parte adversa e, portanto, antes da notificação a que se refere o artigo 17, parágrafo 7º, da Lei 8.429/92.
- c) A tortura de preso custodiado em delegacia praticada por policial, em tese, constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública.
- d) No caso de agentes políticos reeleitos, o termo inicial do prazo prescricional nas ações de improbidade administrativa deve ser contado a partir do término do primeiro mandato.

5) O Ministério Público Federal ajuizou ação civil pública por improbidade administrativa em face de Fernando Sucre, Prefeito da cidade de Westeros. A ação foi proposta em 16.05.2018. O mandato de Juan se findou em 31.12.2012, não o sendo reeleito. Além disso a ação de improbidade fundou-se em documentação apresentada pela Controladoria Municipal, sem que tenha havido a instauração prévia de inquérito civil, pelo fato de ter se apropriado indevidamente de recursos federais transferidos pela União, em 31.10.2012, via convênio para o fim de construir uma unidade básica de saúde. Com base no caso concreto, assinale a alternativa correta:

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

- a) A ação de improbidade está prescrita.
- b) A ação de improbidade não merece prosperar, vez que não está calcada em inquérito civil público.
- c) Não é possível a intervenção processual da União, assumindo-se o polo ativo da ação e atuando-se em conjunto com o MPF.
- d) A presente ação deve tramitar junto ao Tribunal Regional Federal, tendo em vista o foro por prerrogativa de função do prefeito.

6) Assinale a alternativa que contempla ação de controle de constitucionalidade que é dotada da característica da subsidiariedade.

- a) Ação Direta de Inconstitucionalidade.
- b) Ação Declaratória de Constitucionalidade.
- c) Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão.
- d) Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.

7) No que se refere às funções essenciais à justiça, é correto afirmar que:

- a) A defesa dos denominados interesses sociais e individuais indisponíveis cabe à advocacia pública.
- b) O Ministério Público dos estados é integrante do Ministério Público da União.
- c) São funções do Ministério Público defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas.
- d) A Defensoria Pública, por estar vinculada à procuradoria estadual, encontra-se sujeita às mesmas regras funcionais e administrativas estabelecidas pelo procurador-geral.

8) Este Poder é o responsável pelas alterações no texto constitucional segundo as regras instituídas pelo Poder Constituinte Originário. Caracteriza-se por ser instituído, jurídico, limitado e condicionado pelo direito. A Constituição de 1988 estabeleceu a possibilidade de sua manifestação por meio de reforma (CF, art. 60) ou de revisão constitucional (ADCT, art. 3º). Tal conceito diz respeito ao Poder Constituinte:

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

- a) Decorrente
- b) Derivado
- c) Incondicionado
- d) Inicial

9) Considere as afirmações abaixo à luz da disciplina constitucional da reforma agrária.

I - São isentas de impostos federais, estaduais e municipais as operações de transferência de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária.

II - A pequena e média propriedade rural, assim definida em lei, desde que seu proprietário não possua outra, é insuscetível de desapropriação para fins de reforma agrária.

III - As benfeitorias úteis não serão indenizadas na desapropriação para fins de reforma agrária.

IV - Compete à União desapropriar propriedade rural que, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, não utilize adequadamente os recursos naturais disponíveis e não preserve o meio ambiente.

V - Compete à União desapropriar propriedade rural que, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, explore de forma a prejudicar o bem-estar dos trabalhadores.

Está correto o que se afirma APENAS em:

- a) I, II e III
- b) II, III e IV
- c) I, II, III e V
- d) IV e V

10) O artigo 225 da Constituição Federal de 1988 prevê que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Desta forma, o meio ambiente ecologicamente equilibrado é um direito de:

- a) Primeira dimensão

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

- b) Segunda dimensão
- c) Terceira dimensão
- d) Não se enquadra nessa classificação

11) Segundo a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei n. 4.657/1942), assinale a alternativa correta.

- a) Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente promulgada.
- b) A autoridade judiciária brasileira cumprirá as diligências deprecadas por autoridade estrangeira competente, servindo-se da forma estabelecida pela lei brasileira e não estrangeira.
- c) Na aplicação da lei, o juiz atenderá aos fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum, sendo certo que ao interpretá-la decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito.
- d) As autoridades consulares brasileiras poderão celebrar a separação consensual e o divórcio consensual de brasileiros, não havendo filhos menores ou incapazes do casal e observados os requisitos legais quanto aos prazos.

12) No tocante à invalidade do negócio jurídico, a legislação vigente estabelece que:

- a) É nulo o negócio jurídico simulado, mas subsistirá o que se dissimulou, se válido for na substância e na forma.
- b) É nulo o negócio jurídico decorrente de lesão, estado de perigo, dolo ou fraude contra credores.
- c) As nulidades dos negócios jurídicos só podem ser alegadas pelas partes que deles participem e não pelo Ministério Público quando se tratar de matéria de sua atribuição.
- d) O negócio jurídico simulado é anulável.

13) Quando duas pessoas forem ao mesmo tempo credoras e devedoras uma da outra, as duas obrigações extinguem-se, até

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

onde se igualarem. A este instituto do direito Civil damos o nome de:

- a) Imputação do pagamento
- b) Novação
- c) Dação em pagamento
- d) Compensação

14) Sobre o Procurador Geral da República, assinale a alternativa correta:

- a) É o chefe do Ministério Público da União, e pode ser nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes que não são da carreira do MPF, assim como ocorre com a Advocacia-Geral da União.
- b) Possui legitimidade para a propositura de ação direta de inconstitucionalidade.
- c) Possui assento no Conselho Nacional do Ministério Público.
- d) Em matérias criminais, possui foro por prerrogativa de função no Supremo Tribunal Federal.

15) Sobre a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão assinale a alternativa incorreta:

- a) Trata-se de órgão da Advocacia-Geral da União.
- b) O Procurador Federal dos Direitos do Cidadão exerce suas funções pelo prazo de dois anos, permitida uma recondução.
- c) O Procurador Federal dos Direitos do Cidadão é designado pelo Procurador-Geral da República.
- d) O Procurador Federal dos Direitos do Cidadão tem como função precípua a defesa dos direitos constitucionais do cidadão, visando à garantia do seu efetivo respeito pelos Poderes Públicos e pelos prestadores de serviços de relevância pública.

16) A partir da análise dos tipos penais abaixo transcritos, assinale a resposta correta:

- I - Código Penal, art. 121. Matar alguém: pena - reclusão, de seis a vinte anos.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

II - Código Penal, art. 211. Destruir, subtrair ou ocultar cadáver ou parte dele: pena - reclusão, de um a três anos, e multa.

III - Lei 9.613/1998, art. 1º Ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de infração penal. Pena: reclusão, de 3 (três) a 10 (dez) anos, e multa.

- a) O tipo penal do item I é instantâneo de efeitos permanentes e os tipos penais dos itens II e III são permanentes quando o núcleo do tipo é o verbo ocultar.
- b) O tipo penal do item III é instantâneo de efeitos permanentes quando o núcleo do tipo é o verbo ocultar e o tipo penal do Item II é permanente quando o núcleo do tipo é o verbo ocultar.
- c) O tipo penal do item I é permanente, porque o evento morte é permanente.
- d) Não há que se falar em lavagem de capitais quando as condutas praticadas visam ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de contravenção penal.

17) A partir da análise dos tipos penais abaixo transcritos, assinale a resposta correta:

I - Código Penal, art. 342. Fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete em processo judicial, ou administrativo, inquérito policial, ou em juízo arbitral: Pena - reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

§ 1º - As penas aumentam-se de um sexto a um terço, se o crime é praticado mediante suborno ou se cometido com o fim de obter prova destinada a produzir efeito em processo penal, ou em processo civil em que for parte entidade da administração pública direta ou indireta.

§ 2º O fato deixa de ser punível se, antes da sentença no processo em que ocorreu o ilícito, o agente se retrata ou declara a verdade.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

II - Código Penal, art. 343. Dar, oferecer ou prometer dinheiro ou qualquer outra vantagem a testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete, para fazer afirmação falsa, negar ou calar a verdade em depoimento, perícia, cálculos, tradução ou interpretação:

Pena - reclusão, de três a quatro anos, e multa.

Parágrafo único. As penas aumentam-se de um sexto a um terço, se o crime é cometido com o fim de obter prova destinada a produzir efeito em processo penal ou em processo civil em que for parte entidade da administração pública direta ou indireta.

- a) O delito do item I se caracteriza como material e comum, podendo ser praticado por qualquer pessoa.
- b) Se alguém pratica o delito do item II, oferecendo valores para que uma testemunha faça afirmação falsa em seu depoimento judicial e esta testemunha aceita a vantagem e comete o delito do Item I, caso se arrependa, a testemunha antes da sentença no processo em que ocorreu o seu depoimento falso poderá se retratar e tanto sua conduta quanto a daquele que ofereceu a vantagem deixarão de ser puníveis.
- c) Não se configura o delito do item I, quando há um mero equívoco ocorrido em depoimento, sem o dolo específico de falsear.
- d) O delito do item I se consuma ainda que o fato objeto da divergência se apresente como juridicamente irrelevante para qualquer dos interessados no processo judicial.

18) A partir da análise dos dispositivos penais do Código Penal abaixo transcritos, assinale a resposta correta:

Art. 1º - Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal.

Art. 2º - Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória.

Parágrafo único - A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Art . 3º - A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência

Art. 4º - Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.

- a) Considerando que as medidas provisórias possuem força de lei, o uso deste veículo legislativo atende ao princípio da legalidade penal.
- b) Ocorre *abolitio criminis* quando a norma penal é revogada por outra que apenas altera a tipificação da conduta, sem, contudo, descriminalizá-la.
- c) Foi adotada a teoria do resultado como o tempo do crime no direito penal brasileiro.
- d) A lei temporária e a lei excepcional possuem ultratividade penal.

19) São Crimes contra o patrimônio:

- a) Roubo, furto e moeda falsa;
- b) Roubo, furto, advocacia administrativa;
- c) Furto, estelionato e peculato;
- d) Todos os itens estão incorretos.

20) A partir da análise as situações hipotéticas abaixo, assinale a resposta correta:

I - Oliver querendo para si o notebook pertencente a Pedro, diz a este que o Professor está chamando-o na sala de reuniões. Quando Pedro se ausente, Oliver aproveita um momento em que ninguém está reparando que ele está fazendo e coloca o notebook de Pedro em sua mochila e a leva para seu carro.

II - A turma do curso de engenharia de ideias precisa elaborar um trabalho extenso e Oliver não tem computador, assim para ter chance de concluir o trabalho a tempo pede o notebook de Pedro emprestado para fazer o trabalho. No momento que Oliver pediu o aparelho ele tinha a intenção de devolvê-lo. Todavia, já em casa, ficou encantado com a máquina e decidiu ficar com ela para si.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

III - A turma do curso de engenharia de ideias precisa elaborar um trabalho extenso e Oliver não tem computador, assim para ter chance de concluir o trabalho a tempo pede o notebook de Pedro emprestado para fazer o trabalho. Oliver não tinha a menor intenção de devolver o notebook, porque ele sempre quis uma máquina como aquela e apenas utilizou o trabalho como desculpa.

- a) Analisando a hipótese do item III, verifica-se que Oliver cometeu o delito do art. 168 do Código Penal (apropriação indébita), isto porque se apropriou de coisa alheia móvel de que obteve a posse.
- b) Na hipótese do item I, Oliver cometeu o delito do art. 155, §4º, inciso II, do Código Penal (furto qualificado mediante fraude) e na hipótese do item III cometeu o delito do art. 171, "caput", do Código Penal.
- c) Na hipótese do item I, Oliver cometeu o delito do art. 171, "caput", do Código Penal e na hipótese do item III cometeu o delito do art. 155, §4º, inciso II, do Código Penal.
- d) Na hipótese do item II, Oliver cometeu o delito do art. 155, §4º, inciso II, do Código Penal (furto qualificado mediante fraude).

21) Sobre o inquérito policial assinale a alternativa correta.

- a) A autoridade policial poderá mandar arquivar autos de inquérito.
- b) A autoridade policial poderá deixar de atender as requisições de instauração de inquérito policial e de realização de diligências de acordo com seu livre convencimento motivado.
- c) O inquérito policial é imprescindível nos crimes de ação penal pública e dispensável nos demais casos.
- d) As investigações realizadas pelo Ministério Público Federal são subsidiárias as investigações realizadas pela Polícia Federal. Dessa forma, assumindo o procurador da República certa investigação, o delegado de polícia federal deixará a presidência do inquérito que passará ao membro do MPF.

22) Considere a seguinte situação hipotética.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

No curso de um processo judicial na justiça federal, a magistrada se valeu do art. 40 do Código de Processo Penal e encaminhou cópia dos documentos e dos depoimentos para o Ministério Público Federal avaliar a possível prática de crime federal. O procurador da República oficiante requisitou a instauração de inquérito policial, o que foi prontamente atendido pelo delegado de polícia federal.

A partir da situação apresentada assinale a alternativa correta:

- a) Em eventual Habeas Corpus impetrado contra a instauração do inquérito policial neste caso, a autoridade coatora será o delegado de polícia federal, quem de fato, instaurou o procedimento e o julgamento do remédio constitucional competirá a um juiz federal.
- b) Em eventual Habeas Corpus impetrado contra a instauração do inquérito policial neste caso, a autoridade coatora será a juíza federal e o julgamento do remédio constitucional competirá ao Tribunal Regional Federal da Região a qual está estiver vinculada.
- c) Em eventual Habeas Corpus impetrado contra a instauração do inquérito policial neste caso, a autoridade coatora será o procurador da República e o julgamento do remédio constitucional competirá ao Tribunal Regional Federal da Região a qual está estiver vinculado o juízo perante o qual atua.
- d) Em eventual Habeas Corpus impetrado contra a instauração do inquérito policial neste caso, a autoridade coatora no caso em questão poderá ser tanto juíza federal, o procurador da República ou o delegado de polícia federal, cabendo ao interessado escolher entre elas.

23) Considere a seguinte situação hipotética:

Em uma operação policial federal, um grupo de assaltantes a banco enfrentou as forças federais. Durante o confronto, dois agentes federais, um policial rodoviário federal, um policial federal, e

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

dois agentes da força nacional de segurança pública, policiais militares do Estado do Goiás, foram alvejados e conduzidos ao serviço médico mais próximo, felizmente nenhum deles acabou morto em razão dos ferimentos. Os autores dos disparos foram presos, em um momento posterior, pelos demais policiais.

A partir da situação apresentada assinale a alternativa correta:

- a) Competirá a vara do tribunal do júri da justiça estadual do local da infração processar e julgar as quatro tentativas de homicídio.
- b) Competirá a justiça federal do local da infração processar e julgar as tentativas de homicídio contra o policial rodoviário federal e o policial federal e competirá a justiça estadual do local da infração processar e julgar as tentativas de homicídio contra os membros da força nacional.
- c) Competirá a justiça federal do local da infração processar e julgar as quatro tentativas de homicídio.
- d) Como os membros da força nacional são militares, competirá a justiça militar estadual processar e julgar as tentativas de homicídio contra os membros da força nacional.

24) Contra a decisão que rejeita a denúncia oferecida pelo Ministério Público Federal cabe a interposição de recurso:

- a) de apelação.
- b) de embargos de declaração.
- c) inominado.
- d) em sentido estrito.

25) Contra decisão que absolve sumariamente o réu cabe a interposição de recurso:

- a) de apelação.
- b) de embargo
- c) de declaração.
- d) inominado.
- e) em sentido estrito.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

26) Cabe agravo de instrumento contra as:

- a) Decisões interlocutórias que versarem sobre tutelas provisórias.
- b) Sentenças que julgam extinto o processo sem resolução do mérito.
- c) Decisões interlocutórias que admitem litisconsortes.
- d) Sentenças que resolvem o mérito, julgando procedente ou improcedente os pedidos.

27) Assinale a alternativa que indica a seguinte modalidade de intervenção de terceiros: "terceiro juridicamente interessado em que a sentença seja favorável a uma das partes":

- a) Chamamento ao processo
- b) *Amicus Curiae*
- c) Denúnciação à lide
- d) Assistência

28) Marque a alternativa CORRETA:

- a) A citação válida, salvo quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor.
- b) A interrupção da prescrição será operada pelo despacho que ordenar a citação, ainda que este seja proferido por juízo incompetente, e retroagirá à data da propositura da ação.
- c) É anulável o processo quando o membro do Ministério Público não for intimado a acompanhar o feito em que deva intervir.
- d) Ao pronunciar a nulidade, o juiz declarará que atos são atingidos e ordenará as providências necessárias a fim de que sejam repetidos ou retificados.

29) Marque a alternativa INCORRETA:

- a) A ação fundada em direito pessoal ou em direito real sobre bens móveis será proposta, em regra, no foro de domicílio do réu.
- b) Sendo incerto ou desconhecido o domicílio do réu, ele poderá ser demandado onde for encontrado ou no foro de domicílio do autor.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

- c) Para as ações fundadas em direito real sobre imóveis é competente o foro de situação da coisa.
- d) É incompetente o foro de domicílio do réu para as causas em que seja autora a União.

30) Não dependem de prova os seguintes fatos, EXCETO os:

- a) Notórios.
- b) Afirmados por uma parte e confessados pela parte contrária.
- c) Admitidos no processo como incontroversos.
- d) Alegados pela parte em audiência de conciliação.

